

# FAPESP & DEDINI, OU A FEBRE DO ETANOL



*Em cinco anos, a agência paulista de fomento investirá um total de R\$ 50 milhões em pesquisas e tecnologias na área de produção do etanol a partir da cana-de-açúcar, devendo a Dedini Indústrias de Base investir igual quantia. Os recursos viabilizarão projetos selecionados por edital. Resta saber se é função da Fapesp direcionar recursos para pesquisas relacionadas exclusivamente com interesses privados*

A Fapesp firmou o maior convênio de sua história em julho de 2007. A entidade paulista de fomento se comprometeu, juntamente com a Dedini Indústrias de Base, empresa de grande porte que produz usinas de álcool, a investir um total de R\$ 100 milhões (soma dos R\$ 50 milhões de cada uma das partes) nos próximos cinco anos para o desenvolvimento de pesquisas e tecnologias na área de produção do etanol a partir da cana-de-açúcar. Os recursos viabilizarão propostas da academia que serão selecionadas por meio de edital.

No discurso que adornou o ato de assinatura do acordo público-privado, durante o 5º Simpósio Internacional e Mostra de Tecnologia da Agroindústria Sucroalcooleira (Simtec), o governador José Serra declarou que o acordo não tem como intuito “privatizar pesquisas feitas em instituições públicas”. Segundo ele, o acordo tem como objetivo “tornar essas pesquisas cada vez mais públicas, pelo acesso que a elas terão o setor produtivo e a sociedade”.

O problema é que um dos pontos centrais do convênio trata do aperfeiçoamento do Sistema Dedini Hidrólise Rápida (DHR), de produção do etanol a partir do bagaço de cana. Dos 27 itens listados entre os temas de interesse para as Chamadas de Propostas de Pesquisa do convênio, 12 dizem respeito exclusivamente ao DHR, processo esse que foi patenteado pela Dedini no Brasil, nos Estados

Unidos e na União Européia. Em outro convênio firmado no passado (que envolveu também a extinta Coopersucar), a Fapesp apoiara o desenvolvimento do DHR com um projeto selecionado no Programa de Pesquisa em Parceria para Inovação Tecnológica (Pite), para o qual foram destinados R\$ 3,7 milhões em cinco anos. Naquela ocasião, participaram da pesquisa o Centro de Tecnologia Canaveira (CTC) e a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

***A Fapesp acaba de atribuir-se a missão de prestar “apoio estatal à pesquisa acadêmica e à pesquisa industrial” na área do etanol, para manter a competitividade do setor privado***

De acordo com a própria Fapesp, o convênio relativo ao projeto DHR, firmado em 2002, estabelece que à entidade paulista de fomento caberá a fração de apenas 9% dos “benefícios auferidos com a tecnologia resultante, quer seja ela patenteável ou não”. “O investimento feito pela empresa foi muito maior que o da Fapesp”, justifica o diretor científico Carlos Henrique Brito Cruz.

A assessoria de imprensa da Dedini ressalta que o convênio não se restringe ao DHR e que a intenção da empresa é “fomentar novas pesquisas e tecnologias para produção de etanol e não somente aprimorar os produtos já produzidos pela empresa”. “O DHR está em pesquisa desde a década de 80 e até o momento a Dedini não ‘lucrou’ com a pesquisa. Esse tipo de investimento é a longo prazo e não prevê ganhos específicos em forma de faturamento”, complementa.

Estão sob o domínio da Dedini metade do mercado brasileiro de fabricação de usinas de álcool e um quarto do mercado mundial. A previsão é de que as vendas cheguem a R\$ 1,8 bilhão em 2007. A Dedini, com sede em Piracicaba (SP), produz atualmente 24 usinas por ano. Pretende chegar à meta de 33 por ano até 2010. Pertence ao grupo Ometto, fundador da Cosan, soberana no setor sucroalcooleiro, com faturamento anual de R\$ 2,4 bilhões.

A unidade piloto do DHR, construída no primeiro projeto que contou com o apoio da Fapesp, está instalada na Usina São Luiz, em Pirassununga. A área pertencia à Dedini Agro, que foi vendida para o grupo espanhol da área da construção Abengoa. “A planta-piloto pertence à Dedini Indústrias de Base. Só foi utilizado o espaço da usina da Dedini Agro. A venda não muda em nada a utilização do DHR”, assegura a assessoria da empresa.

O diretor científico da Fapesp dá a entender, nas declarações que prestou à *Revista Adusp*, que a agência de fomento pretende corrigir, por meio de suas parcerias com o setor privado, aquilo que considera uma lacuna na atuação da União em matéria de etanol. Vejamos: “O investimento feito pelo setor privado em etanol no Brasil se dirige à produção, e não à pesquisa. Países como os Estados Unidos, China e Índia têm programas governamentais importantes para apoio à pesquisa sobre etanol em empresas e em instituições acadêmicas. Para que o Brasil possa manter a competitividade de hoje, devido a anos de investimento público e privado em pesquisa, é fundamental o apoio estatal à pesquisa acadêmica e à pesquisa industrial nesta área”.

Assim, certamente por concluir que não há no Brasil “programa governamental importante para apoio à pesquisa sobre etanol em empresas e instituições acadêmicas”, a Fapesp acaba de atribuir-se a missão de prestar algum “apoio estatal à pesquisa acadêmica e à pesquisa industrial nesta área”, para “manter a competitividade” do setor.

Um dos principais horizontes desta corrida por competitividade, porém, encontra-se justamente na produção de etanol por meio da celulose, essência do DHR da Dedini. A cana-de-açúcar tem um terço de sacarose e dois terços de celulose. Por enquanto, o álcool produzido vem apenas da sacarose. Trata-se, portanto, de uma corrida para for-

talear uma tecnologia majoritariamente privada. Ora, ocorre que o desenvolvimento do etanol a partir da celulose também está sendo pesquisado pela Petrobras — como se sabe, uma estatal federal do setor energético.

A aposta do setor público na onda dos biocombustíveis tem provocado outros tipos de análises. Pesquisador do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea) do Rio de Janeiro, Gervásio Castro de Andrade entende o investimento público em pesquisa e inovação na área do etanol, mas critica os polpudos financiamentos destinados ao setor. “Esse terreno da produção do etanol é imprevisível e está muito vinculado aos preços do petróleo. Se os preços do petróleo caírem, essa farra do etanol pode ir por água abaixo”, pondera.

Andrade sugere que os recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), por exemplo, provenientes em grande parte do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e do PIS-Pasep, sejam utilizados para outros fins que não o crédito para a indústria do etanol. “O setor poderia ser financiado pelo mercado financeiro, que já está acostumado a correr riscos. O mercado de capitais cresceu bastante nos últimos tempos”, sublinha.

A falta de investimento privado em inovação é um fato no Brasil, destaca a pesquisadora Solange Corder, do Grupo de Estudos Sobre Organização da Pesquisa e da Inovação (Geopi), da Unicamp.

“Com exceção de alguns grandes grupos e de algumas iniciativas interessantes de empresas de menor porte, ainda é pequeno o esforço por parte das empresas de fazer esse tipo de investimento em inovação”, constata.

Há ainda uma indisponibilidade completa e muito grave do setor financeiro privado em participar do processo, porque o próprio governo desincentiva este tipo de iniciativa quando lança títulos no mercado financeiro. “Ou seja, como o governo precisa se financiar e seus papéis são investimentos seguros, é claro que os agentes financeiros preferem esta opção a aportar recursos em capital de risco ou em qualquer outro instrumento de incentivo à inovação. Dentre estes agentes encontram-se os fundos de pensão e as seguradoras”.

O convênio Fapesp-Dedini não coloca o interesse público em primeiro lugar, na visão de Ricardo Musse, professor de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. “O poder público não pode canalizar seus recursos diretamente para uma determinada empresa privada. Isso configura favorecimento, mesmo quando há uma competência firmada por parte dessa empresa”, observa. “Seria necessário constituir uma empresa pública voltada especificamente para a inovação. É o caso de construir algo para o processo industrial seguindo o modelo bem-sucedido, no terreno da agropecuária, da Embrapa”, sugere Musse.